

Quinta-Feira, 30 de Abril de 2026

A importância de marcharmos juntas em favor das lutas femininas

GISELA SIMONA

Gisela Simona

Todos os anos o mundo inteiro celebra o 8 de março, Dia Internacional da Mulher, como uma data que marca a importância das lutas femininas por justiça, igualdade de gênero e respeito. Citando, comumente, mulheres extraordinárias que marcaram a história de seus países e comunidades. Data que acaba sendo estendida por todo mês, oferecendo a possibilidade de bons debates e grandes rodas de conversa sobre as dificuldades diárias de garantir o nosso lugar de fala em casa, nas relações com o mercado e na ambiência política. Desvelando uma luta sem trégua contra uma sociedade estruturalmente machista, que continua a observar a mulher como corpo e território, sob um frágil viés de polidez democrática.

Assim, as comemorações do Dia Internacional da Mulher acabam abrindo brechas interessantes para a ampliação de diálogos sobre equidade e paridade política de gênero. Afinando campanhas institucionais que, estrategicamente, reforçam a importância de valorizar as conquistas femininas e estimular as práticas igualitárias.

Mas mesmo diante de conquistas relevantes, ser mulher no Brasil ainda é um ato de resistência. Ser mulher negra, então, é carregar nas costas séculos de desigualdade, preconceito e uma luta diária por espaço, respeito e segurança. Por isso quando cheguei à Câmara dos Deputados sabia, de antemão, que meu papel não poderia ser apenas o de representar um grupo, mas ajudar a transformar vidas, especialmente, de mulheres que como eu vieram do esforço ininterrupto de conquistar cada direito. De ser um instrumento de transformação, em um país em que a violência de gênero é uma triste realidade. Onde agressões, assédios, estupro e mortes são chagas que persistem. E onde nossas conquistas estão longe de serem suficientes diante das estatísticas que mostram números indecorosos de agressões e mortes.

Só para se ter uma ideia, em 2024, foram registrados 78.463 casos de estupro, ou seja, 214 vítimas por dia e uma média de 9 ocorrências por hora. Sem falar na tragédia do feminicídio que roubou a vida de ao menos 1.387 mulheres no país, assassinadas tão somente por serem mulheres. Em Mato Grosso, 83 crianças ficaram orfãs com a morte de 41 mães das 47 mulheres mortas. Se abirmos este cenário para outros anos no Brasil, podemos constatar que entre 2015 e 2023, quase 9 mil mulheres foram vítimas de feminicídio. Números que não podem ser analisados como estatísticas, mas observados como vidas interrompidas, famílias destruídas, e sonhos esmagados pela brutalidade do machismo.

Assim, claro, comemorei a primeira punição brasileira sob a Lei nº 14.994, após a sanção do Pacote Antifeminicídio, que tive a honra de relatar na Câmara Federal. E que agravou a punição destas mortes para a maior prevista no Código Penal do país, de 20 até 40 anos. A condenação de 43 anos foi dada a Daniel Silva Vitor por matar a companheira Maria Maianara Lopes Ribeiro a facadas, na frente dos filhos. O crime aconteceu em Samambaia, no Distrito Federal. O projeto de autoria da senadora Margareth Buzetti foi sancionado em outubro do ano passado e além de elevar a pena, a nova legislação acelera medidas protetivas

e amplia o suporte para vítimas.

E sempre que posso faço questão de frisar que sou uma das poucas mulheres negras no Congresso Nacional, e que faço parte desta bancada desde a sua criação em 2023. Esse fato, por si só, já diz muito sobre os desafios que enfrento e do peso das batalhas travadas mas, igualmente, o que significa cada conquista. Vitórias que abrem portas, inclusive, para outras mulheres que virão depois de mim.

E mesmo que a política continue sendo um território majoritariamente masculino, refletindo uma sociedade desigual, os números das últimas eleições mostram que estamos vivendo um momento de ruptura. No meu Estado, Mato Grosso, pode ser registrado a vitória das 277 vereadoras, um aumento de 21% na participação feminina nas câmaras municipais em relação a quantidade de mulheres eleitas na legislatura de 2020. E se falarmos das oito mulheres que ganharam seus mandatos no parlamento cuiabano este crescimento dá um salto ainda maior, mostrando que está nascendo um novo jeito de fazer política.

Sabemos, claro, que essas conquistas não foram fáceis e que cada mulher eleita enfrentou uma combinação que foi desde o preconceito, a falta de apoio partidário até o desafio de equilibrar responsabilidades familiares e profissionais. E ainda deverão continuar enfrentando resistência dentro das casas legislativas e executivas, onde o assédio político e a tentativa de silenciamento são realidades. Mas apesar de tudo estamos aqui, hoje, ganhando as ruas, marchando em atos pela Dia Internacional da Mulher, comemorando vitórias nos tribunais, nas cadeiras ocupadas em câmaras municipais e prefeituras. Nos transformando em vozes que ampliam a diversidade, sobretudo, provando que é possível semear esperança e colher transformações. Juntas somos fortes.

Gisela Simona é *advogada e deputada federal por Mato Grosso*